COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

Relatório de Administração - 2015

Contexto Histórico: A Companhia Docas de Sebastião é uma sociedade de economia mista constituída em 3 de setembro de 2007, em observância ao Decreto-lei nº 63, de 15 de maio de 1969, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 52.102, de 20 de agosto de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal n° 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. **Desempenho Operacional:** Em 2015, foram atracados 93 navios no berço 101 e 37 embarcações de menor porte nos demais berços internos, nos quais foram movimentadas 720.108 toneladas de cargas, o que representa decréscimo de 1,4% comparado a 2014, quando houve movimentação de 730.473 toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 53% (ou 193,54 dias) do berço principal (101). Do total de carga movimentada, 655.731 toneladas são referentes à importação e 64.377 toneladas referentes à exportação. Os principais granéis sólidos movimentados no ano foram barrilha, 270.137 toneladas; malte e cevada, 110.292 toneladas; sulfato de sódio, 101.062 toneladas e ulexita, 30.441 toneladas. Também merece destaque a movimentação de veículos, que atingiu 40.851 unidades, sendo 22.374 unidades destinadas à exportação e 18.477 unidades à importação. Esses números são 26,7% inferiores aos registrados no ano de 2014. Já no Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 49,1 milhões de toneladas de granéis líquidos, transportados em 618 navios durante todo o ano de 2015. **Balança Comercial:** Conforme informações obtidas junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Porto de São Sebastião atingiu a 10ª colocação dentre os portos brasileiros em participação no comércio do país.

	2013		2014		2015		%
Portos	**R$ bi.**	**Participação %**	**R$ bi.**	**Participação %**	**R$ bi.**	**Participação%**	**2015/2014**
Santos/SP	122,7	25,5%	116,3	25,6%	99,5	27,5%	7,2%
Paranaguá/PR	33,8	7,0%	30,6	6,7%	25,7	7,1%	5,2%
Vitória/ES	28,6	5,9%	27,0	5,9%	19,6	5,4%	-9,0%
Rio Grande/RS	26,4	5,5%	20,0	4,4%	18,0	5,0%	12,8%
Sepetiba/RJ	28,7	6,0%	25,5	5,6%	17,3	4,8%	-15,0%
Rio de Janeiro/RJ	20,8	4,3%	19,2	4,2%	14,4	4,0%	-6,0%
São Luís/MA	21,5	4,5%	19,7	4,3%	13,9	3,8%	-11,6%
Itajaí/SC	17,4	3,6%	16,7	3,7%	13,1	3,6%	-1,7%
São Francisco do Sul/SC	14,1	2,9%	15,9	3,5%	13,0	3,6%	2,4%
São Sebastião/SP	**14,8**	**3,1%**	**13,8**	**3,0%**	**6,6**	**1,8%**	**-40,1%**
Outros	152,8	31,7%	149,4	32,9%	121,3	33,5%	1,7%

2015/2014. Fonte: Sistema Alice (MDIC)

Cenário Econômico e Financeiro: O ano de 2015 foi marcado por acentuada deterioração no cenário econômico brasileiro, com queda da confiança quanto ao desempenho da economia em função da volatilidade persistente e redução das projeções relativas aos principais indicadores macroeconômicos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve retração de 3,8% do Produto Interno Bruto em relação a 2014, ao passo que a inflação acumulada medida pelo Índice de Preços Amplo ao Consumidor (IPCA) escalou para 10,67% nos 12 meses encerrados em dezembro de 2015. E, para 2016, a previsão é de que a economia continue retraída. Por outro lado, relatório da Organização das Nações Unidas "World Economic Situation and Prospects 2016" estima que a economia global tenha crescido 2,6% em 2015, mantendo perspectiva positiva para os próximos anos, mesmo com a redução do crescimento da China, queda no preço internacional das commodities e desvalorização das moedas dos países emergentes. A forte desaceleração de importantes setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura afetou diretamente as operações portuárias, impactando negativamente nos investimentos. No caso de São Sebastião, a redução nos investimentos da Petrobrás, afetados pelos baixos valores do barril de petróleo no mercado internacional e por investigações em sua gestão, acarretou em perspectiva desfavorável para operações offshore. Reflexo dos baixos valores do petróleo é a redução de 40,1% nos valores nominais movimentados de comércio exterior, uma vez que as operações do terminal petrolífero representam o maior volume financeiro. Também, ressalta-se o pedido de recuperação judicial da empresa Schahin Engenharia S.A., com a qual a Companhia mantinha contrato de uso temporário de área dentro do Porto Organizado. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião estão fundadas na diversificação, com a inclusão de produtos agrícolas, e também no aumento das exportações de veículos, em razão do câmbio desvalorizado e de acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro com países da América Latina para a indústria automotiva. Em 2015, a receita bruta consolidada alcançou R$ 22,97 milhões, registrando melhora no desempenho em relação a 2014 (R$ 22,67 milhões), o que representou aumento de 1,35% em relação ao exercício anterior.

Comparativos

Tabelas	**2013**	**2014**	**2015**	**2015/2014**
Tabela I	R$ 5.624.379,96	R$ 5.682.915,62	R$ 6.158.818,02	8,37%
Tabela II	R$ 2.585.804,45	R$ 1.944.176,08	R$ 1.659.129,17	-14,66%
Tabela III	R$ 3.494.685,94	R$ 3.479.696,51	R$ 3.512.012,93	0,93%
Tabela IV	R$ 14.975.469,67	R$ 10.747.868,30	R$ 11.281.386,53	4,96%
Tabela V	R$ 472.212,30	R$ 816.659,85	R$ 364.946,40	-55,31%
Total	**R$ 27.152.552,32**	**R$ 22.671.316,36**	**R$ 22.976.293,05**	**1,35%**

Cargas (toneladas)	**2013**	**2014**	**2015**	**2015/2014**
Granéis sólidos	483.580,20	596.522,590	529.713,720	-11,20%
Siderúrgicos	107.138,33	51.119,014	120.406,999	135,54%
Veículos	40.130,93	60.850,280	51.446,496	-15,45%
Contêineres	1.192,58	1.426,680	856,291	-39,98%
Animais/ração	1.023,49	5.714,121	1.003,680	-82,44%
Cargas projeto	11.457,17	9.215,374	9.107,686	-1,17%
Apoio portuário	10.888,38	5.625,022	7.573,853	34,65%
Total	**655.411,07**	**730.473,081**	**720.108,725**	**-1,42%**

Houve expressivo aumento na movimentação de produtos siderúrgicos, mas também queda na movimentação das demais cargas, exceto apoio portuário, que envolve insumos de embarcações. Importante reiterar que houve perda de arrecadação pela rescisão de contrato de uso temporário de área dentro do Porto Organizado já mencionado. Também merece destaque que, durante o exercício de 2015, a Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) autorizou a aplicação de reajuste da ordem de aproximadamente 20% nas tarifas portuárias a partir de 11 de maio de 2015, o que auxiliou na recomposição de receitas durante o ano. Por fim, cabe registrar que a incorporação em 2014, pela Companhia, dos funcionários cedidos da Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), impactou de forma relevante no resultado do exercício, em função de demandas judiciais trabalhistas. **Investimentos:** Em 2015, a Companhia Docas de São Sebastião investiu o montante de R$ 26,1 milhões em infraestrutura portuária. Foram concluídos os projetos básico e executivo para construção de pátios com utilização de tecnologia baseada em pilotis (estacas) e lajes, em função de menor impacto ambiental e conforme recomendação constante do EIA/RIMA do projeto de ampliação; a execução de estação de armazenamento temporário de resíduos; a substituição de lonas de cobertura e fechamento por placas de alumínio dos armazéns 4, 5 e 6; o nivelamento e calçamento da via de acesso dos pátios 3 e 4 ao cais, possibilitando a otimização e segurança da movimentação de cargas; os serviços relativos à pavimentação da entrada do pátio 3 e adequação da terraplenagem de parte do pátio 4; a implantação de sistema de segurança de monitoramento por câmeras e controle de acesso para certificação ISPS CODE (código de segurança internacional). **Em Andamento:** Encontram-se em andamento os serviços de construção de edificações de controle operacional (guaritas de guarda portuária e balanças rodoviárias) e adequação da edificação do Órgão Gestor de Mão de Obra, com a construção de vestiário e guarita. Merece destaque a implantação de sistema de combate a incêndio no Porto de São Sebastião, que garantirá conformidade com a legislação alfandegária e normas de segurança (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). **Gestão Ambiental:** O Porto vem mantendo seu compromisso em garantir a melhoria contínua na gestão ambiental, por meio de investimentos e ações voltadas para a área ambiental. A Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou relatório conclusivo com os resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO), tornando possível a verificação da melhoria contínua e desempenho ambiental de excelência. Isso porque houve expressiva melhora nos índices ao longo dos últimos anos:

2012 (1º semestre): 67,27 (de 100)
2012 (2º semestre): 72,83 (de 100)
2013 (1º semestre): 72,83 (de 100)
2013 (2º semestre): 87,45 (de 100)
2014 (1º semestre): 89,94 (de 100)
2014 (2º semestre): 95,73 (de 100)
2015 (1º semestre): 97,54 (de 100)

As notas apresentadas colocam o Porto de São Sebastião na primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ. Os investimentos realizados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a regularização do Porto Organizado, em 9 de fevereiro de 2010, na qual são apresentadas as condicionantes para a realização das atividades de gestão e operações portuárias realizadas na área do Porto Organizado de São Sebastião. Em setembro foi realizada a segunda auditoria ambiental compulsória bianual, em atendimento à Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000 e Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. Está sendo mantido o monitoramento da qualidade ambiental, avaliadas as condições oceanográficas, biológicas e químicas, que abrangem as instalações do Porto e entorno, incluindo todo o Canal de São Sebastião. Ambientes como córregos, manguezais, costões rochosos, praias, água e sedimentos marinos fazem parte do escopo de monitoramento. No ano de 2015 foram mantidas ainda as ações de capacitação dos recursos humanos da comunidade portuária sebastianense, por meio do "Programa de Capacitação Integrada", oferecido gratuitamente pela empresa a todos os funcionários ligados à Comunidade Portuária (Autoridade Portuária, Trabalhadores Portuários Avulsos e tomadores de serviços), incluindo Fundação Florestal, Defesa Civil, Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, com abrangência às áreas de gestão ambiental, saúde e segurança no ambiente portuário, entre outras. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual - PEI (Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000; Resolução CONAMA nº 398, de 11 de junho de 2008) e do Plano de Controle de Emergências - PCE (NR nº 29), foram mantidas pelo Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. **Sistema de Gestão Ambiental - ISO 14.001/2014:** Em 2015, o Porto de São Sebastião recebeu a certificação da norma ISO 14.001/2004, reconhecida internacionalmente, tornando-se o primeiro porto público do país, dentre os 37 em operação, a ter essa certificação. A adesão e certificação à ISO 14.001 são voluntárias e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental. Além disso, fazem parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental. **Plano de Área:** O Porto de São Sebastião passou a contar com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião) que aprovaram o desempenho obtido. **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 23 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 26 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta em nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) da Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro apresentado é insuficiente para atendimento das demandas portuárias, em especial àquelas relativas à guarda portuária; e direitos trabalhistas, como intervalo interjornada e horas extras habituais. Nessa esteira, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer novo plano de cargos e salários, com efeito imediato na mitigação de litígios trabalhistas, e, nesse sentido, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, datada de 23 de dezembro de 2014, proposta de estudos de reestruturação da Companhia e que deverá ser submetida à análise e aprovação dos órgãos estaduais competentes. Porém, diante das perspectivas negativas no panorama econômico e da edição do Decreto Estadual nº 61.466, de 2 de setembro de 2015, que veda a contratação de pessoal, a mudança desse cenário fica comprometida. **Desenvolvimento Corporativo:** Uma das principais realizações no âmbito da estratégia corporativa da Companhia foi a definição, aprovação e divulgação para a comunidade portuária da Missão, Visão e Valores da empresa, tendo como conteúdo:

Missão	Exercer as funções de autoridade e administração portuária consolidando o Porto de São Sebastião como alternativa logística de transporte de cargas na região sudeste do país.
Visão	Ser referência na prestação de serviços portuários, com qualidade, agilidade, segurança e sustentabilidade, atendendo às necessidades da sociedade e do planeta.
Valores	**Integridade:** Atuar de forma íntegra, ética e coerente com a missão e visão da Companhia; **Qualidade:** Adotar e comprometer-se com programas e práticas que promovam o desenvolvimento urbano, econômico e socioambiental da região; **Participação:** Promover um clima de respeito e confiança recíproca, integrando todas as partes envolvidas no negócio da Companhia - funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e a sociedade; **Responsabilidade Ambiental:** Atuar de forma responsável, planejada e sustentável,preservando o meio ambiente, a saúde e segurança de toda a comunidade portuária; **Compromisso com Resultados:** Cumprir sistematicamente com os objetivos da Companhia,garantindo assim a excelência e melhoria contínua do negócio.

Ampliação do Porto: O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente - que se materializa, no médio e no curto prazo - restabelecendo e ampliando as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; b) na ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura mediante a realização de arrendamento portuário, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião - Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC). A ampliação da área do Porto e sua infraestrutura serão realizadas de forma sustentável. Serão utilizadas tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que levam em consideração todas as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê a execução das obras de ampliação de modo faseado e dependem da realização de licitação para arrendamento do terminal multicargas, que compreende a construção do terminal de veículos no pátio 4 (existente) e a construção de dois novos berços de atracação e do pátio 5 (futuro). Atualmente, a Companhia aguarda a realização de nova Audiência Pública, conforme procedimento licitatório da Secretaria de Portos (SEP) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para que, então, seja submetida ao Tribunal de Contas da União (TCU) toda documentação relativa ao arrendamento (estima-se que, após a liberação do TCU, a licitação possa ocorrer em 30 dias). O terminal do Porto de São Sebastião pertence ao bloco 02 de arrendamentos portuários da SEP. Os documentos referentes ao bloco 01 se encontram em análise no TCU desde meados de dezembro de 2013, sendo que alguns terminais já foram licitados. A previsão de receita é de aproximadamente R$ 36 milhões anuais, além do acréscimo de tarifas portuárias. A duração do contrato tem prazo de 25 anos. Em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as fases 1 e 2 do projeto de ampliação do Porto, o que possibilita que sua área portuária passe dos atuais 400 mil m² para 800 mil m². O investimento previsto nessa etapa é de R$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção dos berços 2, 3 e 4. Cada berço terá 300 m de comprimento por 40 m de largura, profundidade mínima de 16 m e será destinado a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEUS, que atualmente estão impossibilitados de atracar em São Sebastião ou Santos. Também será implantada uma Base de Apoio Offshore com 117.590 m² que possibilitará a implantação de até 10 berços para embarcações de menor porte (supplyboat e rebocadores) voltadas ao transporte de cargas e tripulações para as plataformas de petróleo. Para o primeiro arrendamento, está previsto o pacote de obras que inclui ainda a construção de um terminal multicargas em uma área de 252.229 m² e dois novos berços de atracação para operação de veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não) como peças, carga de projeto, paletes entre outros. Por fim, será construído um portão de acesso mais moderno, interligado à nova chegada do contorno viário sul, com capacidade para estacionamento de caminhões que se destinam ao porto, sem que represente transtorno para o trânsito local. **Suspensão da Licença Prévia:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Por sua vez, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento em 22 de agosto de 2014 a fim de reformar esta decisão. Em 22 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA EIA/RIMA no tocante à: i) análise dos impactos cumulativos e sinergéticos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; ii) apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento e; iii) apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá. Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19 de fevereiro de 2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados. Em 20 de julho de 2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de suspensão das liminares supracitadas. Em 20 de novembro de 2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida Corte Superior, entendendo pelo indeferimento do pleito. A Companhia vem adotando todas as medidas judiciais cabíveis. **Destaques: Prêmio - Oracle Sustainability Innovation Award:** A Companhia Docas de São Sebastião recebeu o prêmio de Inovação em Sustentabilidade (Sustainability Innovation Award) em outubro de 2015, durante o Oracle Open World 2015, realizado em San Francisco, Califórnia. A premiação na área de sustentabilidade é parte do Oracle Excellence Awards, que possui outras nove categorias para destacar as melhores práticas e atuações inovadoras conquistadas com a implantação de soluções e plataformas digitais. A implantação da tecnologia possibilitou não somente a excelência na gestão da Companhia e a transparência nos processos internos, mas também a garantia das melhores práticas ao meio ambiente, à segurança e à administração portuária. A utilização de bases tecnológicas representa também a otimização dos processos e da operação, ambas interligadas à gestão ambiental. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Todo e qualquer cidadão ou usuário pode solicitar informações e esclarecimentos, bem como efetuar denúncias, críticas ou elogios relativos às ações da Administração do Porto e seus colaboradores, por meio dos canais de atendimento, **"Fale Conosco"**, **"Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)"** e **"Ouvidoria"**, todos acessíveis pelo sítio eletrônico do Porto de São Sebastião www.portodesaosebastiao.com.br. Os atendimentos seguem o disposto em normas estaduais e na Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012. No ano de 2015 foram realizados 268 atendimentos: **Fale Conosco:** 216 atendimentos. **Serviço de Informações ao Cidadão (SIC):** 15 atendimentos. **Ouvidoria:** 37 atendimentos. Por fim, o sítio do Porto disponibiliza todas as informações relativas à sua administração e funcionamento, dentre elas informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas.

São Paulo/SP, 30 de março de 2016.

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho - Diretor Presidente
Felipe Elias Miguel - Diretor de Administração e Finanças
Alfredo Mariano Bricks - Diretor de Gestão Portuária

continua...

...continuação

COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO - CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	4	165.446	38.906
Aplicações Financeiras	4	3.133.016	7.017.308
Clientes	5	130.915	3.003.660
Tributos a Recuperar	6	1.547.630	2.599.464
Despesas Antecipadas		185.176	165.598
Almoxarifado		218.975	158.712
Deposito Judicial		234.448	153.658
Adiantamentos		48.739	110.567
		5.664.346	**13.247.873**
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo	7	9.748.111	2.053.102
Imobilizado	8	234.828.132	222.423.416
Intangível	9	36.837.895	28.449.940
		281.414.138	**252.926.458**
Total do Ativo		**287.078.484**	**266.174.331**

Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Circulante			
Convênio-DERSA	11	26.644	13.470
Fornecedores	12	1.803.535	3.311.281
Juros sobre Capital Proprio		106	70.662
Contas a Pagar		70.662	7.251
Tributos a Recolher	13	154.685	170.852
Encargos Sociais Recolher	14	554.088	512.621
Provisões de Férias a Pagar	15	1.145.620	842.446
Adiantamento de Clientes		100.157	137.133
Valores a Devolver a Clientes		–	–
		3.855.497	**5.065.716**
Não Circulante			
Convênio-DERSA	11	5.103.322	5.103.322
Verbas da União / Estado		237.885	264.529
Crédito de Clientes		925.489	626.555
Provisão para Riscos Trabalhistas	16	4.289.342	1.572.422
		10.556.038	**7.566.828**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	17.748.161	17.748.161
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	17	268.811.733	242.694.751
Prejuízos Acumulados		(13.892.945)	(6.901.125)
		272.666.949	**253.541.787**
Total do Passivo		**287.078.484**	**266.174.331**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro 2015 e 2014

Receita de Vendas	Nota	2015	2014
Receitas de Serviços Prestados		**20.260.526**	**22.081.671**
Deduções da Receita Bruta			
(-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados		(2.752.910)	(2.870.482)
Receita Operacional Líquida		**17.507.616**	**19.211.189**
Custo de Serviços Prestados			
Custos Operacionais	18	(17.271.363)	(13.488.454)
Lucro Bruto		**236.253**	**5.722.735**
Despesas Operacionais		**(12.126.071)**	**(11.434.097)**
Despesas Administrativas	18	(12.610.702)	(12.121.138)
Despesas/Receitas Financeiras	19	484.631	687.041
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e CSLL		**(11.889.817)**	**(5.711.362)**
Corrente		–	–
Diferido		4.897.997	1.115.710
Lucro (Prejuizo) do Exercicio		**(6.991.820)**	**(4.595.652)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado Abrangente em 31 de Dezembro 2015 e 2014

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	**(6.991.820)**	**(4.595.652)**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(6.991.820)**	**(4.595.652)**
Resultado abrangente total, atribuído a:		
Participação dos Acionistas Controladores	**(6.991.820)**	**(4.595.652)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2015 e 2014

Atividades Operacionais	2015	2014
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(6.991.820)	(4.595.652)
(+) Depreciações e amortizações	4.588.411	3.550.855
(+) Despesas de Juros de Longo Prazo	–	–
(+) Provisão para Riscos Trabalhistas	2.716.920	–
(+) Reversão de Ajustes AVP	–	643.564
(-) Créditos Fiscais Diferidos	(4.897.997)	(1.115.710)
	(4.584.486)	**(1.516.943)**
(Aumento) Redução em Contas a Receber	2.872.745	211.710
(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	1.051.834	(1.217.445)
(Aumento) Redução em Adiantamentos	61.828	(79.632)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(19.578)	(118.126)
(Aumento) Redução em Deposito Judicial	(80.790)	(2.002)
(Aumento) Redução em Almoxarifado	(60.263)	(158.712)
(Aumento) Redução em Realizável a Longo Prazo	(2.797.012)	51.340
Aumento (Redução) em Convênio Dersa (Circulante)	13.174	(2.054.183)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(1.507.746)	(2.287.939)
Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	(16.167)	(511.392)
Aumento (Redução) em Encargos Sociais a Recolher	41.467	288.392
Aumento (Redução) em Férias a Pagar	303.174	429.483
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	(7.145)	1.954
Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes	(36.976)	(454.445)
Aumento (Redução) em Valores a Devolver a Clientes	–	(31.760)
Aumento (Redução) em Verbas da União	(26.644)	653.200
Aumento (Redução) em Crédito de Clientes	298.934	137.133
Caixa Líquido Gerado nas Atividade Operacionais	**(4.493.651)**	**(6.659.367)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(16.440.232)	(75.912.333)
Aquisição de Intangível	(8.940.850)	(10.452.250)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(25.381.083)**	**(86.364.583)**
Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) em Dersa Convenio	–	1.749.678
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.116.982	93.573.382
Capital Social Aumento	–	–
Caixa Líquido Proveniente das nas Atividades de Financiamento	**26.116.982**	**95.323.059**
Aumento (Redução) Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes	**(3.757.752)**	**2.299.109**
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Incio do Exercício	7.056.214	4.757.105
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício	3.298.462	7.056.214
Aumento Líquido de Caixa	**(3.757.752)**	**2.299.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2015 e 2014

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado	Total (Em Reais)
Saldos 31/12/2013	**17.748.161**	**149.121.367**	**(2.305.473)**	**164.564.055**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	93.573.384	–	93.573.384
Prejuízo do Exercício	–	–	(4.595.652)	(4.595.652)
Saldos 31/12/2014	**17.748.161**	**242.694.751**	**(6.901.125)**	**253.541.787**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	26.116.982	–	26.116.982
Prejuízo do Exercício	–	–	(6.991.820)	(6.991.820)
Saldos 31/12/2015	**17.748.161**	**268.811.733**	**(13.892.945)**	**272.666.949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2015

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 03 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 06 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade, cuja conclusão ocorreu em 25 de março de 2016. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade(CFC). Tais pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram observadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). **3.3. Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Sociedade conclui que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. **3.4. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: **a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **b) Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **3.5. Partes Relacionadas (Convênio DERSA):** No curso normal de suas operações, a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da DERSA. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. **3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. **3.7. Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em conta de resultado. **3.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **3.9. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil-econômica estimada dos bens (Nota nº 8). **3.10. Intangível:** As licenças de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 9). **3.11. Provisão para Recuperação de Ativos - "Impairment":** Tendo como objetivo definir procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, são eles revistos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, caso existam evidências claras, a empresa reconhecerá a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Considerando os ativos apresentados no Balanço Patrimonial do ano de 2015, foram realizados levantamentos para a determinação apenas de parâmetros referentes aos valores líquidos de uso1, e não por venda. Isso porque as atividades da Companhia Docas de São Sebastião são realizadas por delegação, e todos os seus bens devem ser revertidos à União, conforme §4º da cláusula sexta do Convênio de Delegação supramencionado. Cumpre informar que para os próximos anos, nenhum ativo fixo será desativado ou baixado de nossos controles, bem como não serão realizadas aquisições para substituição dos bens atuais, não resultando em baixa a esse título. **3.12. Receita de Serviços Prestados e Cessão de Uso Onerosa: 3.12.1. Serviços:** As receitas de prestação de serviços com Utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; Utilização das Instalações de Acostagem; Utilização da Infraestrutura Terrestre; Utilização das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. **3.12.2. Cessão de Uso Onerosa:** As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. **3.13. Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das continências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Sociedade, sempre que a perda for avaliada como provável - o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações - e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. **3.14. Salários ou Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.15. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia. **3.16. Impostos sobre Receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. **3.17. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 19).

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	2015	2014
Caixa Geral	254	36.773
Bancos Conta Movimento	165.192	2.133
	165.446	**38.906**
Aplicação Financeira	323.165	2.226.435
Tesouro do Estado	2.809.851	4.790.873
	3.133.016	**7.017.308**
	3.298.462	**7.056.214**

O valor do Tesouro do Estado refere-se à verba para investimentos, disponibilizada pelo Governo Estadual por meio do SIAFEM, em 29 de dezembro de 2015.

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 15 (dez) dias úteis, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidenciação. A variação da conta de clientes deve-se a reclassificação para a conta de realizável a longo prazo das seguintes empresas:

	2015
Schahin Engenharia	1.153.106
SLB Limitada	933.407
Triaina Agência Marítima	709.978
Rino Movimento de Carga	521
Total (Nota 7)	**2.797.012**

6. Impostos a Recuperar

	2015	2014
IRRF	255.211	295.920
CSLL	46.364	45.000
IRPJ/CSLL	1.166.128	2.088.879
INSS	–	7.537
ISS	1.722	30.000
PIS/COFINS/CSLL	78.205	132.128
	1.547.630	**2.599.464**

7. Realizável a Longo Prazo

	2015	2014
Clientes a Receber	2.797.012	–
IRPJ S/ Prejuízo Fiscal	5.111.102	1.283.188
CSLL S/ Prejuízo Fiscal	1.839.997	769.914
	9.748.111	**2.053.102**

8. Imobilizado

	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido
Dragagem Corretiva	4% a.a.	2.247.474	627.090	1.620.384	1.710.283
Benfeitorias Propriedades de Terceiros	4% a.a.	3.561.296	735.986	2.825.310	2.967.762
Móveis e Utensílios	10% a.a.	1.315.059	406.269	908.790	383.588
Veículos	25% a.a.	565.000	247.187	317.813	459.063
Instalações	10% a.a.	6.353.183	1.198.213	5.154.970	1.706.942
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.	4.837.990	1.487.264	3.350.726	3.813.356
Hardware	20% a.a.	1.858.692	952.009	906.683	1.186.296
Obras Terraplanagem	4% a.a.	30.207.733	3.515.476	26.692.257	23.508.427
		50.946.427	9.169.494	41.776.933	35.735.717
Imobilizado em Andamento		193.051.199	–	193.051.199	186.687.699
		243.997.626	**9.169.494**	**234.828.132**	**222.423.416**

9. Intangível

	Taxas Anuais de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido
Licenças de Uso (Software)	5,41% a.a.	17.159.597	1.802.163	15.357.434	12.672.737
Licenças Ambientais-L.O.	4%	21.194.113	1.766.361	19.427.752	13.724.494
Intangível em Andamento		2.052.709	–	2.052.709	2.052.709
		40.406.419	**3.568.524**	**36.837.895**	**28.449.940**

10. Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R$ 42.489.042 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quarenta e dois reais).

11. Convênio Dersa: A Companhia possui empregados cedidos pela acionista Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA), onde os gastos são integralmente repassados. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante.

	31/12/15	Adições/ Transferências	Baixas/ Transferências	31/12/14
Passivo Circulante	26.644	12.904	–	13.740
Passivo Não Circulante	5.103.322	–	–	5.103.322
	5.129.966	**12.904**	**–**	**5.117.062**

12. Fornecedores:

	2015	2014
Fornecedores Investimento	1.318.043	2.901.374
Fornecedores Outros	485.492	409.907
	1.803.535	**3.311.281**

A Companhia trabalha com prazo médio de 30 (trinta) dias para pagamento de seus fornecedores, motivo pelo qual o ajuste a valor presente foi considerado imaterial.

13. Tributos a Recolher

	2015	2014
PASEP e COFINS	73.642	112.220
ISS	18.689	18.872
Impostos Retidos de Terceiros	62.354	39.760
	154.685	**170.852**

A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, além de alterar a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita, obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Sociedade optou pelo RTT, que determina que, para fins fiscais, sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigente até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. **13.1. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** A Medida Provisória n° 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), traz outras providências, dentre elas: (a) alterações no Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (b) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule

continua...

a matéria; (c) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (d) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (e) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na Medida Provisória n° 627, vigente a partir de 2015 e a sua adoção antecipada para 2014, poderia eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de sua publicação, bem como resultados de equivalência patrimonial. No dia 13 de maio de 2014 foi promulgada a Lei 12.973, convertendo a Medida Provisória n° 627 em Lei. Em conjunto com os seus assessores jurídicos e instâncias internas apropriadas, a Companhia concluiu que a aplicação desta norma, de forma antecipada ou não, não acarretará em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

14. Encargos Sociais a Recolher

	2015	2014
13º Salário	12.698	12.302
INSS S/Folha	269.157	234.587
FGTS S/Folha	84.032	80.175
IRRF S/Folha	186.697	184.307
Contribuição Sindical	1.305	1.250
Outros	199	–
	554.088	**512.621**

15. Provisões de Férias a Pagar

	2015	2014
Provisões de Férias	838.573	627.754
Provisões de Encargos S/Férias	307.047	214.692
	1.145.620	**842.446**

16. Provisão para Riscos Trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica do DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. O DERSA atuou como operador do Porto de São Sebastião até o final do ano de 2007. Em sua gestão, passou a reestruturar as atividades portuárias, restringida a ações mais gerenciais, quando então a movimentação de carga passou a ser realizada por operadores portuários previamente cadastrados. Nesse sentido, nos anos de 2003 e 2004, realizou dispensas imotivadas de empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Tais ex-empregados ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, adquiriram o direito de reintegração aos seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir com as determinações, a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Com a nulidade das dispensas declarada nas decisões judiciais, o período de 6 a 7 anos em que os ex-empregados estiveram afastados, foi reconhecido como devido a título de salários. Tendo em vista que a Companhia Docas passou a ter o quadro cedido do DERSA a partir de janeiro de 2008, quanto à elaboração de cálculos para esses casos, as decisões judiciais têm decidido de forma reiterada que o DERSA é responsável por aproximadamente 54% desses valores, restando cerca de 46% de responsabilidade da Companhia Docas de São Sebastião. No mês de dezembro de 2015, foi elaborado um novo relatório pela área jurídica da Companhia, atualizando o valor da provisão para contingência em cerca de R$4.289.342 (R$1.572.422 em 31/12/2014).

Provisão para Riscos Trabalhistas

Saldo 2015	Adição	Pagamentos	Saldo 2014
4.289.342	**3.390.282**	**673.362**	**1.572.422**

A Companhia está prevendo um desembolso em torno de R$ 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil reais) para o ano de 2016 e o remanescente para os exercícios seguintes. A Companhia está, ainda, envolvida em outros processos de natureza trabalhista, cujo valor totaliza R$ 361.504 (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatro reais) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisão constituída, na opinião de seus assessores jurídicos.

17. Capital Social: A Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R$ 169.000.000 (cento e sessenta e nove milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R$ 17.748.161 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R$ 268.811.733 (duzentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e onze mil, setecentos e trinta e três reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	R$
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
2013	109.356.821
2014	93.573.384
2015	26.116.982
Total	268.811.733

18. Despesas Administrativas e Custos Operacionais: Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	Despesas Administrativas		Custos Operacionais	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal e Encargos	6.695.556	5.106.778	11.231.550	7.513.234
Utilidades	711.517	769.942	1.015.630	328.894
Serviços de Terceiros	2.437.175	2.886.118	1.862.272	2.134.505
Depreciações/Amortizações	1.934.365	1.628.320	2.546.817	1.779.562
Despesas com Ocupação	794.871	1.045.983	27.782	29.787
Cessão de Pessoal	32.940	26.501	402.997	1.594.370
Reversão de Ajuste a Valor Presente	–	643.564	–	–
Diversos	4.278	13.932	184.315	108.102
	12.610.702	**12.121.138**	**17.271.363**	**13.488.454**

19. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Importo sobre Operações Financeiras e descontos concedidos. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2015	2014
Receitas Financeiras	483.444	730.542
Despesas Financeiras	1.187	(43.501)
Resultado Financeiro	484.631	687.041

20. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. A cobertura foi contratada para cobrir eventuais sinistros envolvendo as instalações da Companhia situadas na região portuária de São Sebastião e na sede da Companhia no município de São Paulo. As apólices de seguros contemplam riscos contra incêndio, explosão e fumaça, danos elétricos, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves, perda de aluguel, subtração de bens, responsabilidade civil, quebra de vidros, lucros cessantes e danos morais.

21. Eventos Subsequentes: 21.1. Restos a Pagar: Foram inscritos em "Restos a Pagar", pela Secretaria de Logística e Transportes, os recursos orçamentários referentes às dotações para subscrição de ações, no montante de R$3.936.251 (três milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais).

São Paulo/SP, 30 de março de 2016.

SÃO SEBASTIÃO Autoridade Portuária

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia Docas de São Sebastião,** reunidos na Rua Boa Vista, nº 162, 7º andar, Centro, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas propostas reúnem condições de serem submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, por estarem de acordo com os artigos 12, 14, 166, 170 e 171 da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

São Paulo, 01 de abril de 2016.

Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da **Companhia Docas de São Sebastião,** reunidos na Rua Boa Vista, nº 162, 7º andar, Centro, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, Relatório da Administração, Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e demais documentos referentes ao término do citado exercício;entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade e deliberaram que sejam submetidos aos acionistas da Sociedade.

São Paulo, 05 de abril de 2016.

Diretoria

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho
Diretor Presidente
Felipe Elias Miguel - Diretor de Administração e Finanças
Alfredo Mariano Bricks - Diretor de Gestão Portuária
Jorge Yukio Sangara
CT 1 SP 261545/0-5

Conselho de Administração

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho

Roberto Yoshikazu Yamazaki

Agnaldo Rodrigues da Silva

Conselho Fiscal

Maria de Fátima Alves Ferreira
Maurício Haruo Koshiyama
Carlos Roberto Ruas Junior
Reynaldo Aben-Athar de Sousa
Samir Toledo da Silva

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Conselheiros da **Companhia Docas de São Sebastião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia Docas de São Sebastião é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de março de 2016.

LCC Auditores Independentes
CRC nº 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC nº 1SP188429/O-2